

Propostas e Desafios aprovados na VII Conferência Municipal de Assistência Social

4) FINANCIAMENTO

| Metas | Propostas | Efetivada S/N | Prioridade | Avanço % | Dificuldades /Entraves | Relatório Final |
|-------|---|---------------|------------|----------|------------------------|-----------------|
| 1 | Ampliar em no mínimo 20% ao ano o orçamento da Assistência Social, possibilitando a expansão dos serviços socioassistenciais de proteção social básica e especial, principalmente ampliando o número de CRAS e implementando um CREAS por Subprefeitura. | | | | | |
| 2 | Destinar recursos orçamentários da FMAS com base em diagnóstico construído conjuntamente com a sociedade civil. | | | | | |
| 3 | Ampliar e qualificar os recursos destinados às SAS e aos CRAS para atendimento direto. | | | | | |
| 4 | Levar em conta os seguintes indicadores para a partilha de recursos: território com maior índice de vulnerabilidade social, famílias em risco (essencialmente com responsáveis pela família), população em situação de rua, população idosa e pessoas com deficiência. | | | | | |
| 5 | Ter uma base de custeio de acordo com o serviço e a capacidade de atendimento. | | | | | |
| 6 | Construir proposta orçamentária em conjunto com o FAS, garantindo transparência na destinação do FMAS. | | | | | |
| 7 | Assegurar que os recursos financeiros do orçamento da União em 2006 sejam transferidos do FNAS para o FMAS, com base nos critérios de partilha definidos na NOB/SUAS Plano 10, garantindo recursos financeiros também para serviços de proteção especial no Município de São Paulo. | | | | | |

Propostas e Desafios aprovados na VII Conferência Municipal de Assistência Social



4) FINANCIAMENTO

| Metas | Propostas | Efetivada S/N | Prioridade | Avanço % | Dificuldades /Entraves | Relatório Final |
|-------|--|---------------|------------|----------|------------------------|-----------------|
| 8 | Propor a dotação de 5% do orçamento federal, estadual e municipal para os respectivos fundos de Assistência Social, aos outros programas de transferência de renda, sem vinculação com a verba destinada ao BPC (Benefício de Prestação Continuada). | | | | | |
| 9 | Ampliar os programas de transferência de renda e os valores dos benefícios com gestão compartilhada com a sociedade civil. | | | | | |
| 10 | Incluir no PPA, LDO e LOA para 2008 nas três esferas de governo, recursos orçamentários para reajuste de custeio da rede socioassistencial conveniada, e no PPA a ser elaborado em 2009, para regulamentar este reajuste anual. | | | | | |
| 11 | Financiar um estudo dos Custos de cada serviço para garantir o respeito aos princípios do NOB/SUAS. | | | | | |
| 12 | Priorizar as emendas parlamentares de comissão e bancada, tendo em vista a deliberação da III Conferência Nacional de Assistência Social, da V Conferência do Município de São Paulo e Deliberação s/nº da plenária do COMAS de 30/06/2005, para que os projetos de emendas parlamentares sejam destinados aos Fundos Municipais de Assistência Social, Estadual e do Distrito Federal para os programas e serviços aprovados pelos Conselhos nos Planos Municipais de Assistência Social. | | | | | |
| 13 | Garantir ao COMAS conhecimento e controle da destinação da aplicação dos recursos oriundos de emendas parlamentares da bancada paulistana, no Congresso Nacional. | | | | | |

Propostas e Desafios aprovados na VII Conferência Municipal de Assistência Social

4) FINANCIAMENTO

| Metas | Propostas | Efetivada S/N | Prioridade | Avanço % | Dificuldades /Entraves | Relatório Final |
|-------|---|---------------|------------|----------|------------------------|-----------------|
| 14 | Elaborar lei municipal para criação do passe livre, para que crianças, adultos e adolescentes em situação de vulnerabilidade social tenham acesso a atividades de Esporte/ Lazer, Cultura, Educação, Saúde, Profissionalização, Trabalho e Assistência Social, sem ônus aos usuários. | | | | | |
| 15 | Promover parcerias com comércio, empresas nacionais e internacionais dentro de programas de Responsabilidade Social, com garantia da primazia do Estado no financiamento dos programas, projetos e ações de Assistência Social. | | | | | |
| 16 | Sensibilizar o Poder Legislativo para a instituição de legislação específica visando a renúncia fiscal à doação de recursos de pessoa jurídica ou física ao Fundo Municipal de Assistência Social , que não poderão ser aplicados em programas, projetos, serviços e benefícios destinados a crianças e adolescentes | | | | | |
| 17 | Reduzir em 50 % as tarifas públicas devidas por ONGs que realizam o trabalho de assistência social (nas três esferas de governo). | | | | | |
| 18 | Elaborar revisão da Lei de Parcerias, sob a luz da NOB/SUAS/2005. | | | | | |
| 19 | Prever reajuste de verba dos serviços conveniados a fim de garantir o repasse do dissídio anual. | | | | | |
| 20 | Desburocratizar regras para o estabelecimento de parcerias com o poder público. | | | | | |
| 21 | Destinar recursos para melhoria e adequação dos espaços físicos onde os serviços são desenvolvidos, reestruturando-os para inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiência. | | | | | |

Propostas e Desafios aprovados na VII Conferência Municipal de Assistência Social



VII Conferência Municipal de
Assistência Social da cidade de São Paulo
PARTICIPAÇÃO E
CONTROLE SOCIAL NO
SUAS
Sistema Único de Assistência Social

4) FINANCIAMENTO

| Metas | Propostas | Efetivada S/N | Prioridade | Avanço % | Dificuldades /Entraves | Relatório Final |
|-------|---|---------------|------------|----------|------------------------|-----------------|
| 22 | Agilizar o processo de inscrição no Conselho Nacional de Assistência Social. | | | | | |
| 23 | Incluir profissionais de assistência social nas organizações sociais. | | | | | |
| 24 | Incluir coordenador pedagógico, psicólogo, assistente social e auxiliar administrativo no quadro de pessoal das entidades, com serviços conveniados, que atendem crianças, adolescentes e jovens. | | | | | |
| 25 | Incorporar a 13ª parcela complementar aos convênios. | | | | | |
| 26 | Possibilitar a existência de repasse de recursos às organizações conveniadas para despesa de investimento, como por exemplo, reforma, ampliação e compra de material permanente. | | | | | |
| 27 | Definir padrões para os serviços ainda não normatizados pela SMADS. | | | | | |
| 28 | Incluir nos termos de convênios a exigência de que usuários e conselhos gestores acompanhem e avaliem a utilização de recursos, bem como a execução do convênio. | | | | | |
| 29 | Reajustar recursos de convênios de acordo com as necessidades (acompanhando RH e outras despesas). | | | | | |
| 30 | Garantir repasse de verba dos convênios com agilidade para assegurar a continuidade dos trabalhos, independente da mudança de governo, em nível municipal. | | | | | |
| 31 | Simplificar processos de prestação de contas dos convênios nos âmbitos municipal e estadual. | | | | | |
| 32 | Alocar nos orçamentos Federal, Estadual e Municipal os reajustes de convênios e financiamentos dos Serviços de Assistência Social, e que estes reajustes seja anuais. | | | | | |